

José Augusto dos Santos Alves, *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1829)*. Porto, Mediaxxi, 2015, 618 p.

A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820) é uma obra de José Augusto dos Santos Alves, investigador do Centro de História da Cultura, Doutor e agregado em História e Teoria das Ideias na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa.

Pretende-se com esta recensão crítica chamar a atenção para a pertinência da obra em destaque nos âmbitos da História da Imprensa e da opinião pública em Portugal, num momento em que todos os caminhos direccionavam o país para um pronunciamento liberal, que teve o seu auge nos dias 24 de Agosto (adesão do Porto à Regeneração) e 15 de Setembro de 1820 (chegada da Revolução a Lisboa).

A obra encontra-se organizada em três partes, além da introdução (que, considerando a quantidade de informação disponibilizada pelo autor, é já por si uma parte considerável da obra). A primeira parte prende-se com o fenómeno da Oralidade, e tem por subtítulo «Da praça pública ao limiar das Cortes Constituintes». A segunda parte tem por mote «O “milagre” da multiplicação da palavra» e, por fim, a terceira recebe o nome de «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão” do periodismo».

Iniciando a apresentação da obra, destaca-se a densa introdução composta pelo autor, extensa tanto pelo tamanho como pela vasta informação que disponibiliza ao leitor: apresenta os principais objectivos do seu estudo, bem como as problemáticas inerentes à investigação de tópicos como os que irá abordar. Declara ao leitor que irá dedicar a presente obra ao exame da opinião pública que sobressaiu em Portugal entre 1780 e 1820, imbuída de um desígnio liberal que conduziu o país à Revolta Liberal de 1820. Esta opinião pública pautou-se pela interação entre os fenómenos da escrituralidade e da oralidade, ambos instigadores da disseminação cultural e ideológica, mas também pela interferência do espectro da clandestinidade, necessária num espaço de repressão e perseguição da Intendência Geral da Polícia aos ecos das revoluções que assolavam um pouco por toda a Europa.

A primeira parte, dedicada à oralidade, mergulha o leitor na complexa órbita do “despertar do espaço público liberal” (p. 59), questionando a contribuição do fenómeno oral na constituição do mesmo. A oralidade irá atuar no emergente espaço da opinião pública de forma estruturante, considerando a importância que o falar e o escutar exercem sobre a aprendizagem e a divulgação de conhecimentos, mas também por ser um modo de transmitir ideias que provoca maiores dificuldades de ser censurado. Seja nos salões, cafés, tertúlias, e outros, a oralidade empreende, ainda hoje, um peso considerável na manifestação da

opinião pública. 1780-1820 é um período marcado pela desconfiança esgotante da Intendência Geral da Polícia que vê em qualquer estrangeiro um potencial revolucionário, um possível maçom, um adepto do liberalismo. O cerco apertou ao mesmo tempo que o clima conspiratório sofreu um claro adensamento sobre todo e qualquer foco de interrogações e missivas pró-revolucionárias, de que Coimbra e Lisboa são protagonistas. Por sua vez, o poder repressivo adoptou meios de ação mais possantes e uma postura mais vigilante, ao mesmo tempo que os murmúrios da opinião se alargavam a outros meios, nomeadamente prisões e mosteiros.

A segunda parte, «O “milagre” da multiplicação da palavra», apresenta o impresso enquanto mecanismo de comunicação fulcral neste ambiente agitado de ideias e opiniões, da realização do descontentamento generalizado e do impacto que a crítica exercia sobre as gentes do país. Neste capítulo encontramos também um forte destaque à ação policial sobre a “civilização do impresso” (p. 159) e sobre qualquer mecanismo de comunicação ideológica, ação repressiva motivada pela tentativa de controlar qualquer foco de insurreição contra o poder vigente. Deparamo-nos ainda com a relevância do incremento no interesse pela instrução pública como guia para uma maior participação e atração pela política; o Rossio e a Praça do Comércio enquanto difusores particulares da praça pública; a caricatura pelo seu papel crítico e satírico, potenciador de uma observação mais reflectida e analítica do quotidiano e da sociedade; o papel da estampa, da poesia, dos espaços de convivialidade, das arbitrariedades cometidas contra Gomes Freire de Andrade (motivadas pelo receio e pela incapacidade cada vez mais palpável da Coroa em travar a fluência de ideias), e de outros mecanismos de divulgação de informação que, em constante articulação, instigaram a eclosão de um sentimento de resistência ao poder e à repressão, e de uma vontade de firmar novos caminhos para o país, mais liberais e aliados da justiça.

A terceira parte, «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão do periodismo»», é dedicada à figura do novelista, “figura institucionalizada no campo da informação e da contrainformação”, que mediava a “articulação entre a palavra oral e a escrita, entre o alfabeto, o escolarizado e o analfabeto, na adequação entre uma forma de comunicação dominante, a oralidade, e a nova emergente, o impresso” (p. 265). Os novelistas foram personagens que operaram um papel importante no emergente espaço liberal, sobretudo enquanto divulgadores e mercadores de notícias e novidades, por entre várias franjas da sociedade portuguesa.

Considera, ainda, esta obra o papel da crítica popular, revolucionária e contrarrevolucionária, entre as últimas décadas do século XVIII, século das

Luzes, e as primeiras do século XIX, século das revoluções e mudanças drásticas nos paradigmas antigos. Marcam estas décadas um período de intensas mudanças aos níveis político, sociológico e intelectual; um período que, acalentado pelos ecos das revoluções e discursos liberais, marcou a viragem de um Portugal absolutista para um Portugal adepto e aspirante de uma Regeneração profunda. Nesta recensão procurou-se dar, em traços gerais, os primários fundamentos da obra. Todavia, considerando a extensão da obra e o cariz informativo de que está imbuída, só se disponibilizou uma ínfima parcela daquilo que pode ser encontrado em *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820)*.

Em mote de conclusão, destacaria o rigor e a clara apresentação da informação, numa manifesta harmonia entre exposição e diálogo com o leitor. Os argumentos que fornece para justificar as suas teses apresentam-se sempre corroborados por uma série de excertos das fontes que consultou, e a partir das quais teceu as suas próprias conclusões. Apesar de ser uma obra cronologicamente balizada (1780-1820), penso ser um estudo adequado a quem se debruça sobre outras cronologias, uma vez que *A Opinião Pública em Portugal* insere o leitor no fenómeno da comunicabilidade e da flexibilidade que a opinião pública tece em seu torno, pelo que pode de facto permitir a um vasto grupo de investigadores da História Moderna inserir-se nesta temática e horizonte historiográfico. Para quem investiga sobretudo sobre a História da Imprensa, esta é, na minha óptica, uma obra que não deve ser ignorada.

JOANA COSTA

Mestranda em História Moderna
na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
joanafcg@hotmail.com